

# ORA newsletter

---

Nº 66 – JULHO/2012  
(circulação limitada)

## Assuntos

|   |   |
|---|---|
| Resumo Fiscal/Legal – Junho de 2012               | 1 |
| A Recapitalização do Sistema Financeiro – “CoCos” | 2 |
| Revisores e Auditores                             | 4 |

## LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – JUNHO DE 2012

**Banco de Portugal - Aviso n.º 9/2012, de 29 de Maio** - Define os requisitos de informação em matéria de gestão do risco de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo a reportar ao Banco de Portugal.

**Assembleia da República - Lei n.º 23/2012, de 25 de Junho** - Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

**Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 131/2012, de 25 de Junho** - Aprova a orgânica da Caixa Geral de Aposentações.

**Supremo Tribunal de Justiça - Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 6/2012, de 25 de Junho** - Ao trabalhador isento de horário de trabalho, na modalidade de isenção total, não é devido o pagamento de trabalho suplementar em dia normal de trabalho, conforme resulta dos artigos 17.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 409/71, de 27 de Setembro, e 197.º, n.º 4, alínea a), do Código do Trabalho de 2003, mesmo que ultrapasse os limites legais diários ou anuais estabelecidos nos artigos 5.º, n.º 1, alíneas a) e b), do Decreto-Lei n.º 421/83, de 2 de Dezembro, e 200.º, n.º 1, alíneas a) a c), do Código do Trabalho de 2003, após a entrada em vigor deste diploma.

**Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de Junho** - Altera os regimes jurídicos de protecção social nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adopção e morte previstas no sistema previdencial, de encargos familiares do subsistema de protecção familiar e do rendimento social de inserção, o regime jurídico que regula a restituição de prestações indevidamente pagas e a lei da condição de recursos, no âmbito do sistema de segurança social, e o estatuto das pensões de sobrevivência e o regime jurídico de protecção social na eventualidade de maternidade, paternidade e adopção no âmbito do regime de protecção social convergente.

**Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de Junho** - Procede à revisão da estrutura e composição da Comissão de Normalização Contabilística, adaptando-a às novas competências de normalização para o Sector Público.

1/5

# ORA newsletter

---

Nº 66 – JULHO/2012  
(circulação limitada)

## A RECAPITALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO – BREVE NOTA

### Introdução

A necessidade de aumentar a robustez do sistema financeiro da zona Euro de forma a ver restabelecida a confiança dos mercados, bem como proporcionar uma protecção suplementar em épocas de recessão, tem levado as autoridades responsáveis a progressivamente elevarem o grau de exigência ao nível do rácio de solvabilidade (*Core Tier 1*).

Neste sentido a Autoridade Bancária Europeia (*EBA - European Banking Authority*) publicou uma recomendação que chama a atenção para a qualidade do capital de diversas instituições financeiras Europeias, especificando no caso de Portugal a CGD, BCP, BES e BPI, sendo que estes deverão a partir de 30 de Junho de 2012, manter o rácio *Core Tier 1* mínimo de 9%.

Para garantir o cumprimento deste rácio, muitas Instituições vão recorrer ao apoio Estatal, assumindo este características muito particulares, uma vez que é feito através da emissão por parte da Instituição financeira de obrigações de conversão contingente (*CoCos Bonds*), sendo que estas apresentam particularidades que lhes permitem ser qualificáveis como capital *Core Tier 1*.

### Características dos “CoCos Bonds”

Na recomendação da Autoridade Bancária Europeia EBA/REC/2011/1, são definidas as características destes instrumentos de conversão contingente, sendo que:

- Deverão ter uma natureza perpétua, sem data de vencimento;
- O seu valor de emissão não pode ser abaixo do valor nominal;
- Os titulares destes instrumentos são credores subordinados face a outros credores, estão em igualdade face a outros credores de instrumentos que integrem o *core Tier 1* e têm prioridade em relação aos detentores de acções ordinárias;
- Os emitentes destes Instrumentos terão sempre de pagar uma remuneração, podendo tal não acontecer apenas quando estes não cumpram o rácio de solvabilidade;
- A data de pagamento da remuneração deverá coincidir com a data de pagamento de dividendos;
- Deverá estar estipulado um intervalo do rácio de conversão em acções;
- Deverão ser definidas os eventos que determinam a conversão “contingency event”;

2/5

# ORA newsletter

---

Nº 66 – JULHO/2012  
(circulação limitada)

- Apenas é permitida a amortização antecipada da totalidade do instrumento após o quinto ano da emissão com autorização prévia da autoridade de supervisão.

## Aplicabilidade em Portugal

Recentemente, através da Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio de 2012, foram definidos os procedimentos e informações que as instituições financeiras portuguesas devem seguir e prestar para usufruir destes instrumentos híbridos.

As instituições recapitalizadas devem respeitar as seguintes regras:

- A remuneração dos órgãos sociais não deve no geral (componente variável e fixa) ultrapassar 50% da remuneração média dos dois últimos anos;
- Quanto há distribuição de dividendos, existindo montantes distribuíveis gerados no exercício, e mesmo que seja deliberada a sua não distribuição, a remuneração do Estado não pode ser inferior àquela que lhe seria atribuída, na proporção da sua participação, caso fosse deliberada a distribuição de 30% do total dos montantes distribuíveis gerados no exercício, excepto se daí resultar o incumprimento dos níveis mínimos de fundos próprios (*Core Tier 1*).

A remuneração do Estado requereu especial atenção de forma a assegurar a protecção dos contribuintes titulares dos dinheiros públicos, devendo reflectir as características e riscos associados aos instrumentos, situando-se a sua remuneração entre os 7% e os 9,3%. Esta taxa de remuneração é acrescida de 0,25% nos dois anos posteriores ao investimento e em 0,50% por cada ano adicional que o investimento se mantenha.

Se do pagamento da remuneração ao Estado resultar o incumprimento dos níveis mínimos de fundos próprios (*Core Tier 1*) a Instituição pode efectuar o pagamento em espécie através da entrega de acções ordinárias.

Em caso de incumprimento relevante (suspensão em parte ou no todo da remuneração dos instrumentos) as obrigações emitidas convertem-se em acções especiais com dividendo prioritário.

Esta é a característica fundamental destes Instrumentos, sendo que são híbridos, ou seja no caso de não cumprimento dos requisitos por parte da Instituição beneficiária, as obrigações são convertidas em acções, passando o Estado a fazer parte da estrutura accionista.

De acordo com a versão preliminar do plano de recapitalização, o Estado Português, deverá injectar 1.650, 1.500 e 3.500 milhões de euros na CGD, BPI e BCP, respectivamente. No caso do BES, instituição também referenciada na recomendação da Autoridade Bancária Europeia EBA/REC/2011/1, este garantiu o cumprimento do rácio sem o recurso ao apoio Estatal.

- Paulo Vicente -

3/5

# ORA newsletter

---

Nº 66 – JULHO/2012  
(circulação limitada)

## **Bibliografia:**

- *Aviso n.º 5/2012, de 10 de Janeiro do Banco de Portugal*
- *Comunicação da Comissão (2009/C 10/03) e (2011/C 356/02)*
- *Comunicado do Ministério das Finanças sobre o Programa de Recapitalização para as Instituições de Crédito Portuguesas*
- *Lei n.º 4/2012 de 11 de Janeiro, que altera a Lei 63-A/2008, de 24 de Novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito*
- *Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio que estabelece os procedimentos das Instituições financeiras para aceder ao auxílio Estatal*
- *EBA Recommendation EBA/REC/2011/1*

## **REVISORES E AUDITORES**

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas tem vindo a promover encontros para abordar matérias com comprovado interesse não só para os revisores/auditores mas também para as profissionais que estão ligados à área financeira e jurídica das empresas.

Em Junho de 2012 realizou um encontro sobre o tema “**Responsabilidade dos Órgãos de Administração e de Fiscalização**” que contou, para o efeito, com a participação da Sociedade de Advogados “Uría Menéndez – Proença de Carvalho”, destacando-se os seguintes matérias:

- i) Os órgãos e actividades das sociedades comerciais - as actividades deliberativas, de administração e de fiscalização e os poderes de cada um dos respectivos órgãos (poderes de gestão; poderes de representação; fiscalização).
- ii) Os deveres dos membros dos órgãos de administração - deveres fundamentais (cuidado; lealdade) e deveres específicos/comuns (respeitar as deliberações sociais e o pacto social; prevalência do interesse da Sociedade; dever de colaboração; publicidade dos factos sociais; relatar anualmente a gestão e apresentar contas; apresentação à insolvência; dever de vigilância de realização de entradas diferidas; dever de não celebrar negócios com a sociedade; dever de prestar caução (remissão); dever de exclusividade; proibição de concorrência / titularidade de participações sociais; dever de realizar o objecto social; dever de “não execução” de deliberações nulas; dever de não renunciar livremente ao cargo; dever de convocar Assembleias Gerais; dever de informação.
- iii) Os deveres dos membros dos órgãos de fiscalização – destacando-se a fiscalização através de duas componentes: a política (fiscalização da actividade da administração e fiscalização da legalidade) e a contabilística (verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e dos documentos de suporte; verificar a extensão da caixa e as existências; verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas; verificar as políticas contabilísticas e critérios valorimétricos). Os deveres podem ser classificados de

4/5

# ORA newsletter

---

Nº 66 – JULHO/2012  
(circulação limitada)

fundamentais (cuidado; lealdade) e deveres específicos (dever de prevenção / dever de vigilância; dever de dar a conhecer deliberações nulas; dever de informação; deveres do Fiscal Único / Conselho Fiscal conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais; e dever de guardar segredo profissional).

- iv) A Responsabilidade – está previsto no Capítulo VII da Parte Geral do Código das Sociedades Comerciais – responsabilidade civil dos fundadores, dos administradores, de outras pessoas com funções de administração, dos membros dos órgãos de fiscalização, dos ROC e de certos sócios. O Regime da responsabilidade é construído com base na responsabilidade dos membros dos órgãos de administração, e depois alargada aos restantes agentes, sendo os pressupostos da responsabilidade civil: facto ilícito, culpa, dano e nexo de causalidade.
- v) A Responsabilidade é abordada nas suas diversas vertentes: responsabilidade com a Sociedade; responsabilidade com os credores sociais; responsabilidade para com os sócios e terceiros; responsabilidade para com os trabalhadores; responsabilidade dos membros dos órgãos de fiscalização e dos ROC; responsabilidade criminal e contra-ordenacional; responsabilidade tributária; caução (obrigação de caução, momento da prestação da mesma e possibilidade de dispensa ou substituição por seguro) e seguro (necessidade da transferência de risco de responsabilidade dos administradores e de outros membros dos órgãos sociais; preocupações de equilíbrio entre responsabilização e protecção da tranquilidade).

O documento pode ser consultado no site da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (<http://www.oroc.pt/fotos/editor2/EncontrosOrdem/DeveresSC.ppt>)

*Nota: Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*